

SIMPÓSIO 12

LÉXICO E MORFOLOGIA: DO PASSADO AO PRESENTE

COORDENAÇÃO:

Graça Maria Rio-Torto (Universidade de Coimbra)
gracart@gmail.com

Mário Eduardo Viaro (Universidade de São Paulo)
maeviaro@usp.br

O SIGNO LINGUÍSTICO E SUA IMPLICAÇÃO NA DEFINIÇÃO DOS NOMES: UM OLHAR SOBRE O VOCABULÁRIO KALUNGA REFERENTE ÀS PLANTAS.

Gilberto Paulino de ARAÚJO¹

Darto Vicente da SILVA

RESUMO: O léxico é central na língua, pois sem palavras não haveria estrutura fonológica, morfológica nem sintática. Ao levar em consideração que as palavras pertencem a um sistema aberto e que estas representam cognitivamente o mundo com o qual interagimos, percebe-se que as diferentes comunidades precisam cada vez mais ampliar seu repertório de signos lexicais para designar a realidade da qual tomam consciência, e, ao mesmo tempo, dar conta das noções contidas na cultura da qual fazem parte. Além disso, o léxico é o componente da língua que mais tem a ver com o meio ambiente do qual faz parte. Dessa forma, o presente trabalho aborda os aspectos referentes à designação dos nomes das plantas pelos membros da comunidade tradicional Kalunga (falantes de língua portuguesa do estado goiano brasileiro), a partir dos aspectos relativos à definição ontológica à qual se integram as condições pragmáticas convencionalizadas dos nomes, levando em consideração que só é nomeado (passa a compor o léxico) aquilo que, de alguma forma, é de interesse dos falantes de determinado grupo. Como base teórica, pauta-se nas teorias fundamentais sobre o signo linguístico – Saussure, Hjelmslev, Peirce –, bem como na relação entre língua e meio ambiente investigada por Sapir. Assim, o que seria mais relevante, o aspecto formal do vocabulário de uma língua ou as inter-relações que ela mantém com o ambiente físico e social? Tal questionamento mostra-se, então, como ponto de partida e eixo norteador da discussão dos pressupostos teóricos aqui explicitados.

PALAVRAS-CHAVE: Signo Linguístico; Léxico; Língua e Meio Ambiente.

Introdução

O presente trabalho aborda as diferentes concepções de signo linguístico (Saussure, 1975; Hjelmslev, 1961; Peirce, 1990) e suas implicações na definição dos nomes, tendo como foco o vocabulário dos membros da comunidade tradicional Kalunga referente às plantas. A partir do estudo de Sapir (1969) sobre “Língua e Ambiente” e de outros linguistas que fazem referência à temática da ecologia linguística, como Couto (2007), Fill (1996) e Maffi (2001), propõe-se ver o léxico de uma língua natural como uma forma de registrar e externar o conhecimento de um povo. Sob o ponto de vista lexical, foi realizado um levantamento das lexias (simples e compostas) que compõem o vocabulário referente às plantas, com o intuito de investigar como ocorre o processo de nomeação e composição das palavras pertencentes ao conhecimento etnobotânico da comunidade Kalunga.

¹ Doutorandos da UnB. Instituto de Letras. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Programa de Pós-Graduação em Linguística. ICC Norte - Subsolo - Módulo 20 - Campus Darcy Ribeiro - Asa Norte - Brasília - Distrito Federal - 70.910-900 - Brasil. <gilberto@equipetrlhar.com.br; dartovicentes1@gmail.com>

Os dados adiante apresentados (vocábulo referentes às plantas) foram retirados da dissertação de mestrado do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília, realizada pela Engenheira Florestal Natália do Prado Massarotto². Aqui serão respeitados todos os direitos reservados ao seu trabalho. As fontes citadas foram utilizadas sob uma abordagem metodológica de base bibliográfica e documental.

As plantas citadas pertencem ao vocabulário comum da comunidade, indicando que os signos empregados em seu cotidiano revelam que importância as coisas do meio ambiente têm para estes indivíduos via denominação. Dessa forma, o trabalho fundamenta-se numa perspectiva ecolinguística, e se encontra alicerçado nos conceitos da lexicologia, uma vez que o estudo do vocabulário está intrinsecamente relacionado ao léxico.

1. As concepções de signo linguístico

1.1. A concepção binária do signo em Saussure e a exclusão da substância

A concepção binária do signo, significante e significado, formulada explicitamente por Ferdinand de Saussure, pode nos levar a interpretar o signo como uma entidade fechada que exclui as relações extralinguísticas, mundo dos fenômenos. Conforme essa interpretação, o signo por sua própria natureza elide os acontecimentos que ocorrem no mundo; por conseguinte, não serve como liame entre o nome e o seu referente: “O signo linguístico *une* não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (Saussure, 1975: 80).

Além de separar signo e coisa, o pensamento de Saussure impôs à linguística moderna um dos seus postulados básicos, a arbitrariedade do signo linguístico. Porém, a arbitrariedade do signo linguístico possui um sentido estrito: quer dizer, o significante não é motivado, a saber, “é arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (Saussure, 1975: 83). Nessa perspectiva, o signo é o total resultante da associação de um significante (imagem acústica) e de um significado (conceito). Deve-se ainda salientar que a imagem acústica não é o som, mas a impressão do som no psiquismo, tanto que se pode falar consigo mesmo sem pronunciar som algum. Todo signo é arbitrário, pois a união entre significado e significante é arbitrária.

Assim, a ideia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à sequência sonora de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boeuf* (“boi”) tem por significante *b-o-f* de um lado da fronteira franco-germânica, e *o-k-s* do outro (Saussure, 1975: 82).

Não convém discutirmos aqui outras conclusões que Saussure tirou do princípio da arbitrariedade do signo, como por exemplo, a questão da imutabilidade e mutabilidade do signo, ou outro problema, não menos importante, na sua definição do signo linguístico, a noção de valor. O que nos interessa diretamente demonstrar é que na concepção de signo proposta por Saussure, o referente não conta para a compreensão e para o funcionamento dos signos. Estes são vistos como entidades fechadas, o que conta para a composição do signo, para sua unidade é a relação arbitrária entre a ideia, o conceito, ou mais precisamente, o significado “mar” e as sequências sonoras [*mar*] que lhe servem de significante. Outra sequência de significante poderia ser estabelecida para o mesmo significado.

Indiscutivelmente, em Saussure, o signo linguístico não tem a função denotativa, isto é, de afirmar a realidade. O que for da ordem da coisa referida – e de toda uma série de acontecimentos nada secundários, como a fala, a intenção e o uso – não é levado em consideração para a noção de signo saussureano. Nessa concepção, as coisas referidas interferem na compreensão do que seja uma língua, trata-se de fenômenos que pertencem ao âmbito da substância,

² Massarotto, Natália Prado. 2009. Diversidade e uso de plantas medicinais por comunidades quilombolas kalungas e urbanas no nordeste do Estado de Goiás – GO, Brasil. (EFL/FT/UnB, Mestre, Dissertação de Mestrado em Ciências Florestais, publicação PPGEFL. DM- 113/2009, Departamento de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Universidade de Brasília, DF, 130p.

devendo ser excluídos da língua, que na sua essência é uma forma, cuja unidade se faz por meio do pensamento e do som, significante e significado. “A linguística trabalha, pois, no terreno limítrofe, onde os elementos das duas ordens se combinam; *esta combinação produz uma forma, não uma substância*” (Saussure, 1975: 131). A concepção de signo formulada por Saussure se fecha numa estrutura binária, em que tudo aquilo que pertence à ordem da substância trava a nossa compreensão da verdade do que seja a língua, são erros de terminologia e maneiras incorretas de designar as coisas da língua a serem evitados.

Dito de outro modo, *a língua é uma forma e não uma substância* [...]. Nunca nos compenetramos bastante dessa verdade, pois todos os erros de nossa terminologia, todas as maneiras incorretas de designar as coisas da língua provêm da suposição involuntária de que haveria uma substância no fenômeno linguístico (Saussure, 1975: 141).

Resumindo: no modelo de signo de Saussure há a exclusão da substância, o que prevalece é a forma que é capaz de explicar nomes e termos quanto à sua estrutura. Contudo, há uma infinidade de nomes e termos que requerem para si a substância para que possam ser compreendidos e explicados, como veremos adiante.

1.2. As posições de Benveniste e de Hjelmslev em relação à natureza do signo linguístico e a inclusão da substância.

Pensamos não ser essa a condição última da natureza do signo linguístico, exclusão da substância e, conseqüentemente, a exclusão do pensamento no signo. Por isso, é necessário levarmos em consideração a posição de outros autores. Vejamos, então, a posição de Benveniste. Este autor declara literalmente que no próprio pensamento de Saussure encontra-se um terceiro termo. Este é a própria coisa, a realidade ou a substância.

Saussure cansou-se de dizer que a ideia de “soeur” não está ligada ao significante *s-ö-r*, porém não pensa menos na realidade dessa noção. Quando fala da diferença entre *b-ö-f* e *o-k-s*, refere-se contra a vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma *realidade*. Eis aí, pois, a coisa, a princípio expressamente excluída da definição de signo, e que nela se introduz por um desvio a aí se instala para sempre a contradição (Benveniste, 2005: 54).

A mesma realidade a que se refere Benveniste é que tanto o significante *b-ö-f* do lado francês da fronteira e *o-k-s* do lado alemão denotam o animal “boi”. Portanto, tais significantes reportam a uma mesma realidade, e não somente ao significado linguístico “boi”. Isto mostra que Saussure acaba por introduzir um terceiro elemento, pelo menos neste caso, no interior do signo que é a própria coisa externa, isto é, a realidade ou a substância que ele em vão pretendia deixar de fora.

E mais, a coisa, a princípio expressamente excluída na definição do signo, nele se introduz por um desvio e contradiz para sempre a definição da linguística como ciência da *forma*. De fato, se a linguística é a ciência da *forma*, como pensara Saussure, impõe-se a necessidade de deixar a substância *boi* ou *a coisa* para efeitos da compreensão do signo. Mas, para Benveniste não é isso que Saussure faz, pois “somente se pensa no animal ‘boi’ na sua particularidade concreta e ‘substancial’ que se tem base para julgar ‘arbitrária’ a relação entre *boi* de um lado, *oks* do outro, com uma mesma realidade” (Benveniste, 2005: 54-55). Assim, para Benveniste, é inevitável a “contradição entre a maneira como Saussure define o signo linguístico e a natureza fundamental que lhe atribui” (idem, ibidem).

O signo, e nisso Benveniste admite que Saussure esteja correto, deve ser compreendido por oposição a outros signos no jogo de regras internas do sistema que rege a língua. Sob esse prisma, seria necessário corrigir essa contradição no raciocínio de Saussure, sua origem reside na proposta de que entre o significante e o significado o laço é arbitrário. Conforme Benveniste “Entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é *necessário*.” (Benveniste,

2005: 55). Assim, o conceito (ideia) *boi* é forçosamente idêntico na mente à sequência fônica (significante) *boi*. Para o autor, não poderia ser diferente, juntos os dois foram impressos no espírito, juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância. “Há entre os dois uma simbiose tão estreita que o conceito ‘boi’ é como que a alma da imagem acústica *boi*.” (idem, p. 56). Nesta linha de raciocínio, evocam-se as relações extralinguísticas para fazer parte do signo. Pois a arbitrariedade existe não entre o significante e o significado, mas entre o signo e o objeto a que se refere. “O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não outro” (idem, *ibidem*).

Outro autor que procurou levar em consideração a substância na compreensão do signo linguístico foi Hjelmslev. Ao reformular o modelo de signo binário de Saussure, o modelo de signo glossemático hjelmsleviano explicitou os planos da expressão e do conteúdo. A expressão corresponde ao significante e o conteúdo, ao significado. Hjelmslev também demonstrou que cada um desses planos contém uma substância e uma forma. Assim, há uma substância da expressão e uma forma da expressão, o mesmo se dá com o conteúdo, há uma forma do conteúdo e uma substância do conteúdo. Vamos dirigir nossa atenção sobre a substância do conteúdo, para sabermos como de alguma maneira o signo se relaciona com o objeto. Para Hjelmslev (1961), não se pode atribuir uma existência independente à substância, em algum sentido, a substância depende exclusivamente da forma. O autor procura demonstrar isso, por meio de diferentes línguas.

Nos exemplos que se segue *Jeg véd det ikke* (dinamarquês), *I do not know* (inglês), *Je ne sais pas* (francês), há um princípio que, enquanto tal, é comum às três línguas, mas que se executa diferentemente em cada uma delas. Pode-se chamar a este fator comum de sentido ou mesmo pensamento que, “assim considerado, apresenta-se provisoriamente como uma massa amorfa, uma grandeza não analisada, definida apenas por suas funções externas, isto é, por sua função contraída com cada uma das proposições citadas” (Hjelmslev, 1961: 56). Portanto, nas três proposições, o sentido, não possui uma forma *a priori*, assume formas diferentes segundo as diferentes línguas. Porém, permanece o mesmo, “eu não sei”.

O sentido como um ente “não-formado” se torna, em cada uma dessas três línguas, substância com formas diferentes umas das outras, e sua existência se resume a assumir uma forma qualquer “o sentido se torna, a cada vez, substância de uma nova forma e não têm outra existência possível além da de ser substância de uma forma qualquer” (idem, p. 57). Portanto, conforme Hjelmslev, constata-se no conteúdo linguístico, em seu processo, uma forma específica, “a forma do conteúdo, que é independente do sentido com o qual ela se mantém numa relação arbitrária e que ela transforma em *substância do conteúdo*” (idem, *ibidem*).

Para Hjelmslev (1961), a distinção entre expressão e o conteúdo e sua solidariedade na função semiótica, são fundamentais na estrutura da linguagem. Todo signo, todo sistema de signo, toda e qualquer língua, abriga em si uma forma da expressão e uma forma do conteúdo. É em razão destas duas formas, e somente em razão delas, que existem as duas substâncias, do conteúdo e da expressão, que passam a existirem quando se projeta a forma sobre o sentido. Portanto, a forma requer para si a substância.

Com base no exposto, como se dá a relação entre signo e objeto? Em termos hjelmsleviano, parece justo que o signo seja de algum objeto e que esse objeto de alguma maneira resida fora do próprio signo.

É assim que a palavra *bois* (madeira, lenha, bosque) é signo de um tal objeto determinado na paisagem e, no sentido tradicional, esse objeto não faz parte do signo. Ora, esse objeto da paisagem é uma grandeza relevante da substância do conteúdo sob a qual ela se alinha com outras grandezas da substância, por exemplo a matéria que é feita uma porta (Hjelmslev, 1961: 61).

Nos termos acima, pode-se dizer que o signo é signo de um objeto quando a forma do conteúdo de um signo passa a compreender esse objeto como substância do conteúdo. Portanto, a substância do conteúdo à sua maneira remete o objeto para a forma do signo.

Resumindo: Benveniste (2005) declara que no próprio pensamento de Saussure encontra-se um terceiro termo. Este é a

própria coisa, a realidade ou a substância. Por sua vez, Hjelmslev (1961) demonstra que o sentido se torna, a cada vez, substância de uma nova forma e não têm outra existência possível além da de ser substância de uma forma qualquer. Apesar de poder assumir várias formas, o sentido pode permanecer o mesmo.

1.3. A relação do signo com o objeto sob a ótica de Peirce.

No sistema teórico de Peirce, o signo não pode estar desvinculado do objeto, pois é o objeto que gera o signo para um interpretante. Sem objeto não há semiose.

A relação de semiose designa uma ação, uma reação, ou uma influência, que é, ou que supõe, a cooperação de três sujeitos, que são o signo, seu objeto e seu interpretante. Esta relação ternária de influência não pode, em nenhum caso, reduzir-se a ação entre pares. Significar supõe aqui três termos, não somente dois (Bougnox, 2000: 55).

Sendo assim, o objeto, o signo e o interpretante fazem parte do processo semiótico. Especial ênfase será dada aqui ao recorte: a relação que se estabelece entre o signo e seu objeto. Começamos dizendo que há uma grande variedade de definições de signo distribuídas pelos textos de Peirce. Dentre elas, selecionamos uma que, para os objetivos aqui propostos, parece exemplar: “é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é cria na mente dessa pessoa um signo” (Peirce, 1990: 46). Por exemplo: “todo homem ama uma mulher” e “A chaminé daquela casa está acesa”.

O signo “todo homem ama uma mulher” se distingue do signo “A chaminé daquela casa está acesa”. Aquele é um signo mais genuíno ou símbolo, por isso, depende de um interpretante para ser compreendido. Além disso, o símbolo não é uma coisa particular, mas um tipo geral. E o que ele representa não é um ser individual, mas uma substância geral.

Assim, a sentença “todo homem ama uma mulher” equivale a “ tudo o que for homem ama algo que é mulher”. Aqui, “tudo que” é um índice seletivo universal, “for homem” é um símbolo, “ama” é um símbolo, “algo que” é um índice seletivo particular, e “mulher” é um símbolo (Peirce, 1990: 72).

As palavras *homem*, *mulher* e *ama* são signos de leis gerais, são conceitos mentais que não designam seres particulares. O que a palavra “homem” como símbolo representa no pensamento é uma ideia geral abstrata. Assim, o símbolo é um signo que se refere ao objeto devido a uma regra geral, à associação de ideias que leva o símbolo a ser interpretado como referindo ao objeto homem. E mais, o símbolo se fez como signo por ser usado e compreendido como tal, por força do hábito ou convenção.

Apesar de ser arbitrária a condição do símbolo e de poder representar o seu objeto de forma genérica, o símbolo refere-se aos seres particulares. Essa referência aos seres particulares ocorre por meio do índice. Na suposição do encontro de dois homens numa estrada e que um deles diga ao outro: “A chaminé daquela casa está acesa”. O outro olhará a sua volta à procura do objeto casa. Caso não o encontre, perguntará, onde está a casa? “Ele deseja um índice que ligue a informação que lhe dão com a casa pretendida” (idem, p. 68). Os símbolos casa e chaminé não podem fazer essa ligação. Já os pronomes demonstrativos “este” e “aquele” como índice podem fazer a ligação entre os símbolos e o objeto. “Pois levam o ouvinte a usar seus poderes de observação, estabelecendo dessa maneira uma conexão real entre a mente e seu objeto” (idem, *ibidem*).

Mesmo que esse homem encontre uma casa com cortinas verdes e uma varanda, mas sem uma chaminé acesa, não perceberá semelhança entre esses dois índices; dirá que não se trata do mesmo ícone ou imagem interiorizada em sua mente, uma casa com chaminé acesa. A semelhança entre os dois objetos, a imagem e um objeto externo correspondente, é fundamental para dizer se é ou não o mesmo objeto em questão.

Do nosso recorte, pode se deduzir que os signos trazem embutidos em si, caracteres icônicos e indiciais. Nas palavras de Peirce (1990: 71-72) “Um *símbolo* é um signo naturalmente adequado a declarar que o conjunto de objetos que é denotado por qualquer conjunto de índices que possa, sob certos aspectos, a ele estar ligado, é representado por um ícone com ele associado”.

Podemos observar que o objeto representado pelo signo, não é um objeto simples, mas um objeto complexo. Pode ser uma imagem, um elemento existindo fora da mente, fatos, relações, algo conhecido e que tenha existido ou que se espera existir, qualidade, conjunto, ou partes de um conjunto.

Resumindo: a relação de semiose comporta signo, objeto e interpretante. Na ênfase dada, o signo representa algo convencional para alguém, cria na mente dessa pessoa sob a forma de símbolo uma representação genérica que se particulariza por meio do índice e do ícone. Assim, numa sentença, as palavras não podem particularizar os seres, estes são individualizados por meio dos pronomes relativos.

2. Língua e meio ambiente

As concepções de signo linguístico explicitadas na seção anterior, convidam-nos à seguinte reflexão: um modelo teórico pautado numa visão binária de signo seria capaz de enxergar no léxico (nesse caso, o vocabulário etnobotânico) de uma língua as inter-relações que ele mantém com o ambiente físico e social?

Ousamos responder, já nesse momento, que não. Com base nas explicitações seguintes, veremos que o vocabulário kalunga referente à flora carrega em sua essência uma concepção de signo de caráter triádico, uma vez que as espécies nomeadas pelos membros dessa comunidade só recebem um nome devido à importância que tem para essas pessoas. Ou seja, no processo de denominação das plantas está presente além do significante e do significado, a referência ao mundo real.

Por isso, partimos, de uma visão ecolinguística para melhor fundamentar nossa abordagem em relação à concepção triádica do signo, bem como melhor compreender as inter-relações entre língua e ambiente físico e social refletidas no conhecimento etnobotânico dessa comunidade tradicional.

A Ecolinguística foi caracterizada por Fill (1996) como necessária devido à falta de adequação ecológica dos sistemas de comunicação humanos, partindo do princípio de que a língua não é um sistema independente e sim parte integrante de um grande ecossistema. Assim, o estudo da relação entre língua e meio ambiente, partindo da etnobotânica, não evidencia a mera catalogação e nomeação das plantas, mas as inter-relações mútuas entre plantas e povos tradicionais.

Couto (2007: 225) nos diz que “a rainha das etnociências é indubitavelmente a etnobotânica. Talvez pelo fato de as plantas serem o início de toda a cadeia trófica. Sem planta não há alimento para os animais herbívoros; sem alimento para os herbívoros, não há alimentos para os carnívoros.”

Nesse caso, o vocábulo empregado nos remete ao estudo das relações entre língua e meio ambiente, só que partindo da variedade linguística de uma comunidade tradicional. Assim, a ecolinguística estuda as relações entre língua (L) e meio ambiente (MA) via população (ou membros de P- população), bem como as relações entre os membros de P no meio ambiente, usando a língua.

Maffi (1996) salienta que a habilidade de nos relacionarmos com o nosso meio ambiente resulta do próprio conhecimento sobre ele combinado ao conhecimento específico da própria língua. Assim aprendendo as fontes de conhecimento local, como dos habitantes de comunidades tradicionais, povos das florestas tropicais, nômades do deserto, isso poderia resultar uma base maior de informações sobre a sobrevivência sustentável de nossa espécie, uma vez que este conhecimento está intimamente ligado à língua.

Desse modo, o processo de nomeação das plantas pelos indivíduos da comunidade Kalunga evidencia muito mais que a simples identificação das espécies presentes no meio em que vivem, demonstra o surgimento de um vocabulário estritamente relacionado ao seu conhecimento etnobotânico, revelando a própria identidade da comunidade.

Para Couto (2007: 193), muito mais relevante do que o aspecto formal do vocabulário de uma língua são as inter-relações que ele mantém com o meio ambiente, tanto o físico quanto o mental e o social.

Segundo Calçada (2001: 57), o estudo do léxico não pode, então, separar-se do estudo do vocabulário, pois ambos se conjugam para o desenvolvimento da competência lexical: o primeiro, enquanto conjunto de palavras do sistema da língua e o segundo, enquanto funcionamento discursivo delas.

Segundo Sapir (1969: 45), o léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade.

Para Sapir (1969) o termo “ambiente” deve ser compreendido como resultante dos fatores físicos e sociais.

Não obstante, tratando-se da língua, que se pode considerar um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que acha situado um grupo humano, convém compreender no termo “ambiente” tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos se entendem os aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que pode se chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre os mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte (Sapir 1969: 44).

No entanto, Sapir (1969) não atribui à mera presença de fatores ambientais a ocorrência de mudanças na língua. Para ele, o ambiente físico só se reflete na língua na medida em que atuarem sobre ele as forças sociais. Como exemplo, ressalta que a simples existência ou presença de determinado animal no ambiente físico de um povo não é suficiente para o surgimento de um símbolo linguístico correspondente. Enfatiza que é preciso que o animal seja conhecido ou que represente algum interesse para os membros do grupo.

Sob o ponto de vista do interesse dos entes da comunidade, Sapir (1969) destaca que a presença ou a ausência de termos genéricos depende em grande parte do caráter positivo ou negativo de interesse que despertam os elementos ambientais correspondentes.

Quanto mais necessário for para uma cultura fazer distinções dentro de uma dada série de fenômenos, tanto menos provável será a existência de um termo genérico para a série toda. Por outro lado, quanto mais culturalmente indiferentes forem esses elementos, tanto mais provável será que eles todos se englobem num termo único de aplicação geral. (SAPIR, 1969: 48)

Nesse sentido, veremos a seguir que as palavras empregadas pelos integrantes da comunidade Kalunga para designar o nome das plantas indicam uma relação destas palavras com o mundo que os cerca, demonstrando a relação que estes têm com o meio ambiente circundante, ou seja, o grau de familiaridade com os vários elementos de seu cotidiano físico e social.

3. A nomeação das plantas pela comunidades Kalunga

O povo hoje conhecido como Kalunga nos foi apresentado pela antropóloga Mari Baiocchi, que chegou à região

nordeste de Goiás em 1982, sendo a primeira pesquisadora a realizar um levantamento das características dessa gente. Na verdade, a comunidade dos Kalunga é formada por cinco núcleos que abrigam cerca de cinquenta grupos de base familiar: Vão de Almas, Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Contenda e Kalunga, uma área que compreende 237 mil hectares. (Baiocchi, 1999: 20)

É notória a manutenção das características tradicionais da comunidade, sendo comum a agricultura de subsistência, com plantio de mandioca, arroz, fumo, milho e feijão. A produção e a colheita envolvem os membros das famílias, atividades estas responsáveis pela base principal de seu sustento. As ervas medicinais, os frutos do cerrado também são elementos de cura e complementação alimentar. Ainda que exploratória, como toda ação humana no meio ambiente, percebemos que a forma como lidam com a natureza reflete uma relação de respeito e troca, por saberem que a terra é a garantia de sua sobrevivência.

Isso sinaliza ainda a presença de um modo de falar, a linguagem utilizada por tal comunidade, as peculiaridades resultantes dos acontecimentos/fatos passados, a transmissão dos conhecimentos de uma geração a outra, a manutenção do antigo, o surgimento e a influência do novo, uma riqueza de produtividade, transmissão e aprendizagem linguístico-cultural.

Tal fato nos chama atenção para as relações mantidas entre os membros da comunidade, ou seja, a forma como estes interagem, trocam experiências, repassam seu conhecimento, preservam suas tradições, lidam com o meio ambiente. Tudo isso resulta em consequências culturais e linguísticas.

A seguir serão descritos os nomes das plantas mais citadas pelos membros da comunidade Kalunga. A abordagem teve como base os estudos e métodos etnobotânicos, numa perspectiva ecolinguística, levando em conta, sobretudo, a forma, a semântica e o uso dessas espécies.

TABELA 1 – Nome popular das plantas e seu principal uso.

Nome popular da espécie	Principal uso
<i>carrapicho</i>	<i>dor de barriga, gripe, inflamação</i>
<i>alfavaca</i>	<i>gripe</i>
<i>assa-peixe</i>	<i>gripe</i>
<i>grapiá</i>	<i>febre, gripe</i>
<i>pacari</i>	<i>corrimento, ferida, fígado</i>
<i>amburana mansa</i>	<i>pneumonia e dor</i>
<i>erva-cidreira</i>	<i>calmante, pressão alta</i>
<i>mangaba</i>	<i>dor de barriga</i>
<i>mentraz</i>	<i>dor de estômago, inflamação</i>
<i>pixuri</i>	<i>dor</i>
<i>mastruz</i>	<i>ferida</i>
<i>capim-santo</i>	<i>gripe</i>
<i>manjerição</i>	<i>gripe</i>
<i>quina</i>	<i>gripe, resguardo</i>
<i>chapada</i>	<i>gripe</i>
<i>sucupira branca</i>	<i>dor de garganta</i>
<i>algodão</i>	<i>gripe e ferida</i>
<i>arruda</i>	<i>dor de cabeça</i>
<i>capim-de-cacho</i>	<i>gripe</i>

Os dados da tabela 1 dão indicações sobre a experiência que essas comunidades têm com o seu meio ambiente circundante, e ainda revelam que a manutenção da inter-relação desses indivíduos com as plantas estão inteiramente relacionadas com a manutenção do meio ambiente em que vivem. A perda da biodiversidade pode não somente provocar a diminuição das espécies nativas, como também ocasionar o desaparecimento do conhecimento etnobotânico de tais

comunidades. Lembremos que a linguagem que usam nessa prática é parte do como falam e interagem com a natureza.

Em seguida, temos um quadro geral em que as palavras estão organizadas em lexias simples e compostas:

TABELA 2 – Organização das palavras em lexias simples e compostas.

Lexias			
Lexia simples		Lexia composta	
Simple	Derivada	Aglutinação	Justaposição
<i>carrapicho</i> ,			<i>assa-peixe</i>
<i>alfavaca</i> ,			<i>erva-cidreira</i>
<i>grapiá</i> ,			<i>capim-santo</i>
<i>pacari</i> ,			<i>capim-de-cacho</i>
<i>mangaba</i> ,			
<i>mentraz</i> ,			
<i>pixuri</i> ,			
<i>mastruz</i> ,			
<i>manjerição</i> ,			
<i>chapada</i>			
<i>quina</i>			
<i>arruda</i>			
<i>algodão</i>			

Conforme Faulstich (1980), a palavra é o objeto de estudo da lexicologia, sendo entendida para Pottier como um tipo de lexia, uma unidade lexical memorizada, pertencente a uma categoria (forma de significado) ou a classes superiores. Como destaca Silva (2006: 11), as lexias são formas e estruturas linguísticas de natureza diferente. Suas características comuns consistem em que elas estão acumuladas no léxico, na parte da consciência linguística que abrange as unidades denominativas, e em que elas exercem uma função denominativa para fenômenos da realidade.

Dentre os quatro tipos de lexias adotados por Porttier (1977) – simples, compostas, complexas e textuais –, percebemos que no processo de nomeação das plantas pelos indivíduos da comunidade Kalunga há a ocorrência de lexias simples e lexias compostas.

A lexia simples é monolexêmica, isto é, constitui-se de um só radical, de um único lexema, com ou sem afixos. Assim, a lexia simples coincide com a noção de palavra simples e de palavra derivada da gramática tradicional. Por exemplo: sal (lexia simples; palavra) e saleiro (lexia derivada; radical + sufixo). A lexia simples se combina com outras lexias simples para formar novas unidades lexêmicas: a lexia composta (palavra composta)[...] Podemos perceber que as lexias compostas são polilexêmicas, isto é, contêm mais de um tema ou radical. A lexia composta consiste em pôr lado a lado duas lexias simples ou derivadas, ligadas pela significação. (SILVA, 2006: 12)

A tabela 01 também nos mostra que algumas palavras pertencentes ao vocabulário etnobotânico dos Kalunga são originadas a partir da transferência de sentido que estas estabelecem com outros referentes:

- a) o sentido da visão – capim de cacho e sucupira branca;
- b) traços do formato – capim de cacho;
- c) lugares – chapada.

Além disso, é possível detectar o uso de metáforas, a exemplo de *amburana mansa*, *capim-de-cacho* e *capim-santo*.

Tais ocorrências são definidas por Lakoff e Johnson (1980) como realismo referencialista, ou seja, o significado é natural e experiencial, sendo construído a partir das interações físicas, corpóreas com o meio ambiente. Isso reforça a nossa abordagem sobre o caráter triádico do signo linguístico, presente no vocabulário etnobotânico dos Kalunga, foco da discussão do trabalho.

Nesse sentido, “o significado linguístico não é arbitrário, porque deriva de esquemas sensório-motores. São, portanto, as nossas ações no mundo que nos permitem apreender diretamente esquemas imagéticos espaciais e são esses esquemas que dão significado às nossas expressões linguísticas.” (Oliveira, 2011: 34)

Dessa forma, os signos utilizados na nomeação das plantas apresentam-se como elementos constitutivos da língua, responsáveis pela integração entre o mundo da linguagem e o mundo extralinguístico, possibilitando ao mesmo tempo a comunicação e a interação dos pares, bem como uma melhor compreensão do mundo do qual fazemos parte.

Percebemos, então, que o conhecimento etnoecológico dessa comunidade tradicional apresenta-se como um importante instrumento de estudo do léxico, levando em consideração as interações entre língua e meio ambiente, por combinar conhecimentos tradicionais num contexto social de peculiaridades que não podem ser entendidas se não levarmos em consideração fatores culturais envolvidos, além do ambiente físico onde eles ocorrem.

Considerações Finais

O conhecimento etnobotânico ou, de forma mais ampla, o conhecimento etnoecológico revela-se como um importante instrumento de estudo das interações entre língua e meio ambiente. A forma como os membros das pequenas comunidades interagem, trocam experiências, repassam seus conhecimentos, preservam suas tradições e lidam com o meio ambiente são de importância fundamental na preservação da diversidade cultural e da diversidade linguística. O estudo do vocabulário kalunga referente às plantas demonstra que tais palavras (lexias) apresentam-se como um dos principais elementos constitutivos da riqueza cultural dessa comunidade, devendo ser visto como mais que um instrumento de uso e comunicação a partir de um ponto de vista funcional da língua.

Além disso, o conhecimento etnobotânico, ou seja, a manifestação dos saberes referentes às plantas revela uma concepção de signo de caráter triádico, pois é perceptível a presença de um pensamento comum aos membros dessa comunidade que leva em consideração a proposição de que “aquelas (determinadas) plantas curam as doenças do corpo”. Em outras palavras, não são quaisquer plantas que passam a receber um nome, mas aquelas que representam alguma importância para essas pessoas. Isso demonstra que na definição dos nomes das plantas está presente além do significante e do significado, a referência ao mundo dos fenômenos.

Consideramos, então, que se faz necessário adotar uma visão mais dinâmica das estruturas lexicais, levando em consideração o aspecto funcional de uso dos termos pelos falantes, o aspecto motivador que insere o signo no mundo real, relacionado com o mundo dos homens e das coisas, em síntese, uma concepção de signo que leve em consideração a substância.

Referências Bibliográficas

Baiocchi, Mari de Nazaré. 1999. Kalunga: Povo da Terra. Brasília: Ministério da justiça.

Benveniste, Émile. 2005. Problemas de linguística geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5 ed. Campinas São Paulo: Pontes Editores.

Bougnoux, D. 2000. Introdução às ciências da comunicação. Tradução M. Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC.

Calçada, Guiomar Fanganiello. 2001. Frequência de formas verbais e suas implicações no ensino da língua. / As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia / Ana Maria Pinto Pires de Oliveira, Aparecida Negri Isquerdo (orgs.) – 2 ed. – Campo Grande, MS: Ed. UFMS.

Couto, Hildo Honório do. 2007. Ecolinguística: estudos das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Taurus.

Faulstich, Enilde L. de J. 1980. Lexicologia: a linguagem do noticiário policial. Brasília: Horizonte.

Fill, Alwin. 1996. Sprachökologie und Ökoluistik Tübingen: Stauffenburg, 1996. In: COUTO, Hildo Honório do. 2007. Ecolinguística: estudos das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Taurus.

Hjemslev, Louis. 1961. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva.

Lakoff, G. & Johnson, M. Metaphors we live by. Chicago, The Chicago University Press, 1980. In: Introdução à Linguística: domínios e fronteiras, v. 2 / Fernanda Mussalin, Anna Christina Bentes (orgs.) – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

Maffi, Luisa. 2001. On biocultural diversity: Linking language, knowledge, and the environment. Washington: Smithsonian Institution Press.

Massarotto, Natália Prado. 2009. Diversidade e uso de plantas medicinais por comunidades quilombolas kalungas e urbanas no nordeste do Estado de Goiás – GO, Brasil. (EFL/FT/UnB, Mestre, Dissertação de Mestrado em Ciências Florestais, publicação PPGFEL. DM- 113/2009, Departamento de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Universidade de Brasília, DF, 130p.

Oliveira, Roberta Pires. Semântica. In: Introdução à Linguística: domínios e fronteiras, v. 2 / Fernanda Mussalin, Anna Christina Bentes (orgs.) – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

Peirce, Charles Sanders. 1990. Semiótica. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva.

Pottier, B. 1977. Linguística general. Versão espanhola de Maria Victoria CATTALINA, Madrid, Gredos. In: FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus. 1980. Lexicologia: a linguagem do noticiário policial. Brasília: Horizonte.

Sapir, Edward. 1969. A linguística como ciência: ensaios. (Tradução) J. Mattoso Câmara Jr. Livraria Acadêmica: Rio de Janeiro.

Saussure, Ferdinand de. 1975. Curso de linguística geral. 7 ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.

Silva, Moises Batista da. 2006. Uma palavra só não basta: um estudo teórico sobre as unidade fraseológicas. Rev. Letras – Nº 28 – Vol 1/2 Jan/dez.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A COFUNCIONALIDADE DOS AFIXOS

Rui Abel PEREIRA³

RESUMO: Quando dois ou mais afixos formam palavras do mesmo paradigma lexicogenético, isto é, em que se estabelece a mesma relação semântico-categorial entre base e derivado, diz-se que são *cofuncionais*. É o caso dos sufixos *-izar* e *-ificar* que produzem verbos a partir de nomes e adjetivos. Todavia, isso não significa que eles sejam sinónimos, na medida em que os seus domínios de aplicação e as classes semântico-aspetuais dos verbos por eles derivados apenas são parcialmente coincidentes. Atualmente, assume-se que *-ificar* se distingue por selecionar bases lexicais que exibem uma variante [+latina] (e.g. *dulcificar*, *petrificar*) e formar verbos que pertencem a vocabulários técnico-científicos. Já o sufixo *-izar*, apresentando menos restrições combinatórias, é referenciado como o afixo verbalizador atualmente mais produtivo em português, i.e., mais utilizado na formação de verbos denominais e deadjetivais.

PALAVRAS-CHAVE: Verbo, Afixo, Morfologia, Léxico, Formação de Palavras

Introdução

Na formação de verbos heterocategoriais em português, entenda-se verbos formados a partir de bases não-verbais, preferencialmente nomes e adjetivos, existem frequentemente relações de muitos-para-um e de um-para-muitos entre forma e sentido, uma situação a que tem sido dado o nome de “assimetria morfológica” (Beard, 1988, 1998; Naumann, 2000; Zwanenburg, 2000). Por exemplo, na formação de verbos em português, não só pode existir uma mudança semântica sem um correspondente acrescento formal (cf. *árbitro* > *arbitrar*; *alegre* > *alegrar*) – fenómeno que por vezes é apresentado como um caso de sufixação, mas que preferimos analisar como conversão –, como o processo de derivação pode ser processado em simultâneo com o auxílio de dois operadores/segmentos afixais, o que tem sido designado como parassíntese ou circunfixação (cf. *en [dur] ecer*). Mas existe em particular uma questão que tem intrigado os morfólogos nas últimas décadas: por que razão a língua tem vários afixos que desempenham a mesma função, pelo menos aparentemente, ou criam o mesmo tipo de palavras derivadas (e.g. *-izar*, *-ificar*, *a(d)-*, *en-*, etc.)? Ou dito por outras palavras: será que estes afixos, que atuam no âmbito do mesmo paradigma lexicogenético, são sinónimos?

Neste artigo, centraremos a nossa atenção em dois sufixos, *-izar* e *-ificar*, que têm uma longa e representativa presença na nossa língua, e procuraremos analisar o modo como eles interagem, competem e/ou se complementam na formação de verbos denominais e deadjetivais em português. Em particular, procuraremos responder à seguinte pergunta: por que motivo(s) quase não existem formas corradicais com estes sufixos (cf. *personalizar/personificar*)?

Os sufixos *-ificar* e *-izar* na sincronia atual do português

Na sincronia atual, os sufixos *-izar* e *-ificar* formam palavras do mesmo paradigma lexicogenético, produzindo verbos denominais e deadjetivais, i.e., verbos formados a partir de bases de categoria Nome ou Adjetivo, que no Quadro 1 são representadas por [Xb].

Estrutura interna dos verbos (simplificada)	Verbos denominais/deadjetivais
[Xb] izar	<i>amenizar, suavizar, canalizar, comercializar, urbanizar...</i>
[Xb] ificar	<i>clarificar, simplificar, exemplificar, gelificar, petrificar...</i>

Quadro 1: Verbos sufixados com *-izar* e *-ificar* em português

Não obstante esta similaridade estrutural, estes dois afixos convivem numa relação de *cofuncionalidade* (Pereira, 2007), que ora assume o aspeto de complementaridade ora o de rivalidade/competição.

Largamente atestados na língua portuguesa, é muito diferente a representatividade de cada sufixo no paradigma de formação de verbos a partir de bases nominais ou adjetivais. No universo de verbos sufixados (1466 atestações), *-izar* é o sufixo mais atestado, integrando cerca de um terço dos verbos sufixados. Comparativamente, o sufixo *-ificar* está muito menos representado. Os verbos em *-izar* constituem mais do triplo dos verbos em *-ificar*. No Quadro 2, apresentam-se os dados absolutos e relativos referentes a estes sufixos.

Sufixos	Total de verbos atestados	Percentagem de cada sufixo
-IZAR	506	34.51%
-IFICAR	151	10.30%

Quadro 2: Representatividade *-izar* e *-ificar* no conjunto dos verbos sufixados

As diferenças entre estes dois sufixos verificam-se também nos seus domínios de aplicação, uma vez são parcialmente diferentes as propriedades sintático-semânticas e morfo-fonológicas das bases selecionadas por cada um e as suas possibilidades de significação. Analisemos esses dados em detalhe.

1. O sufixo *-ificar* forma verbos a partir de bases nominais ou adjetivais, na seguinte proporção: 60% de verbos denominais e 40% de verbos deadjetivais. No caso do sufixo *-izar*, a percentagem de bases nominais e adjetivais é praticamente idêntica.

Bases	<i>-ificar</i>	<i>-izar</i>
Nomes	60%	48,5%
Adjetivos	40%	51,5%

Quadro 3: Representatividade das classes sintáticas de bases selecionadas por *-ificar* e *-izar*

2. As bases selecionadas por *-ificar* são maioritariamente adjetivos e nomes simples (e.g. *claro*, *denso*, *digno*, *falso*, *puro*, *simples*; *classe*, *dano*, *fruto*, *gás*, *osso*). Em contraste, a adjunção de *-izar* não apresenta restrições de carácter morfológico, podendo acoplar-se a bases simples (*carbono*, *suave*) ou complexas (*americano*, *comercial*, *familiar*, *secular*, *dócil*, *servil*, *viril*, *flexível*, *rentável*, etc.).

³ U.C., Centro de Linguística Geral e Aplicada / Faculdade de Letras, Departamento de Línguas e Literaturas, Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra (Portugal), ruibelp@gmail.com

Se no domínio das bases simples *-izar* concorre com *-ificar* (cf. *aerizar/aerificar; alcalizar/alcalificar; corporizar/corporificar*) e outros processos morfológicos verbalizadores, perante bases complexas *-izar* tende a estar em distribuição complementar com os outros processos/afixos verbalizadores (cf. *personalizar/personificar*), uma vez que, ao contrário deles, *-izar* seleciona com grande facilidade bases terminadas em determinadas classes afixais (não necessariamente derivadas e/ou analisáveis em português):

seleciona de modo (quase) exclusivo bases nominais de origem grega terminadas em *-ma*, *-ta* e *-ia*, adjetivos denominais em *-ico/a*, *-al*, *-il* e *-ar*, e adjetivos deverbiais em *-vel* e *-il* (e.g. *dramatizar, aristocratizar, agonizar, arcaizar, universalizar, familiarizar, contabilizar, civilizar*)

seleciona de modo preferencial adjetivos denominais em *-ico/a*, *-ano/a* e *-ino/a* (e.g. *dinamizar, africanizar, latinizar*).

3. São também distintas as classes semânticas de bases selecionadas por cada operador sufixal. O sufixo *-ificar* acopla-se maioritariamente a adjetivos qualificativos, que denotam estados ou propriedades que podem alterados por ação de uma causa (e.g. *amplo, claro, denso, digno, falso, forte, intenso, justo, puro*). Já o sufixo *-izar* pode acoplar-se tanto a adjetivos qualificativos (e.g. *ameno, anterior, austero, eterno, severo, fútil, útil*) como a adjetivos relacionais, i.e., que denotam uma propriedade relativa a um nome (e.g. *americano, provinciano, divino, mental, profissional, universal, individual, familiar, cristão*).

Na formação de verbos denominais, o domínio de aplicação de *-izar* é também mais amplo que o de *-ificar*, uma vez que se acopla a um grupo mais numeroso de classes semânticas de nomes.

Classes semânticas das bases nominais	-ificar	-izar
objetos ou substâncias concretas	álcool, ágata, corno, gás, gel, osso, pão, pedra, vinho, vidro	álcool, caramelo, fósforo, carvão, ozono, metal, vapor...
estados e /ou qualidades	classe, herói, mito, santo, calor, paz, dano, glória, honra, graça...	amante, escravo, mártir, protagonista, símbolo, visconde..
sentimentos, sensações		agonia, simpatia, horror, trauma...
produto/resultado de um processo		alegoria, dogma, esquema, hipérbole, monopólio, teoria...
agente típico ou habitual		apóstolo, autor, feitor, fiscal, poeta, profeta, vampiro...
propriedades relacionadas com um nome próprio		Côngora, Maquiavel, Pasteur, Píndaro, Plutarco, Vulcano...
instrumentos		binóculo, monóculo, estilete...
lugares ou continentes		hospital, memória, calendário...

Quadro 4: Classes semânticas das bases nominais selecionadas por *-ificar* e *-izar*

4. As diferenças apontadas entre os dois operadores sufixais refletem-se consequentemente nos verbos por eles derivados. As classes semânticas de verbos derivados por *-ificar* e *-izar* apenas são parcialmente coincidentes (cf. Quadro 5).

Classe semântica de verbos	paráfrase	-ificar	-izar
Resultativos	Tornar(-se) Adj Transformar em N Causar/sentir N	acetificar, acidificar, beatificar, estratificar, falsificar, petrificar...	amenizar, escravizar, carbonizar, martirizar, escandalizar, traumatizar...
Locativos	Pôr em N, ir para N	celificar, crucificar...	canonizar, dicionarizar, hospitalizar, memorizar...
Ornativos	Prover de N, dar N a	calcificar, plastificar...	arborizar, aromatizar, hifenizar, valorizar...
Instrumentais	Fazer com N		escalpelizar, estileteizar...
Performativos	Fazer/produzir N	danificar, frutificar, nidificar, versificar...	dramatizar, esquematizar, hipnotizar, metaforizar...
Modais	Fazer como N; Agir como N Exercer as funções de N		pasteurizar, poetizar, profetizar, fiscalizar...

Quadro 5: Classes semânticas de verbos sufixados com *-ificar* e *-izar*

O sufixo *-ificar* intervém principalmente na formação de verbos **resultativos**, i.e., verbos que incorporam no seu radical o resultado de um processo de transformação ou mutação, e, em menor escala, de verbos **performativos**, i.e., verbos cuja base é o radical de um nome interpretável como produto ou ação efetuada. Este sufixo também participa, embora em número quase residual, na formação de verbos **ornativos** e **locativos**, i.e., verbos que incorporam ora o objeto ora o lugar saliente num processo de mudança de lugar.

O sufixo *-izar* participa na formação de verbos semanticamente mais diversificados, formando para além dos tipos semânticos de verbos já referidos, verbos **instrumentais**, cuja base lexical designa um instrumento, e **modais**, também chamados «verbos de maneira», «verbos similitivos», «agentivos» e/ou «essivos», que focalizam o argumento Modo/Maneira (cf. Lieber, 1998, 2004; Plag, 1999; Rio-Torto, 1998, 2004; Pereira, 2009).

A disponibilidade dos sufixos

A disponibilidade de um afixo para formar novas palavras depende não só das suas propriedades estruturais e do tipo de construições que impõe ou lhe são impostas pelas bases lexicais, mas também de fatores contextuais, envolvendo por vezes considerações de prestígio ou moda.

Ao sufixo *-ificar* é normalmente atribuído um caráter erudito ou culto (Ali, 1964: 247), que o distingue dos demais. Esse traço é determinado fundamentalmente pela forma da base derivacional e pelo contexto socioletal em que esses verbos são usados.

Em primeiro lugar, cerca de 30% das formas de base a que se acopla este sufixo são formas marcadas com o traço [+latino] ou [+erudito], sendo, do ponto de vista sincrónico, consideradas variantes alomórficas mais ou menos supletivas de unidades lexicais com autonomia sintática, i.e., usadas como vocábulos na língua. Por exemplo, em verbos como *acetificar, albificar, aurificar* ou *petrificar*, as bases selecionadas (*acet-*, *alb-*, *aur-* e *petr-*, respetivamente) são variantes formais, usadas em contexto derivacional, das palavras *azedo, branco, ouro e pedra*.

Segundo, o caráter culto do sufixo advém do facto de muitas das formações verbais em *-ificar* pertencerem a vocabulários técnico-científicos (cf. *acetificar, dulcificar, ossificar, vinificar*, etc.), nomeadamente da Química ou Fisiologia, Medicina e do Direito.

O caráter [+ latino] ou culto do sufixo *-ificar* ajuda a explicar a sua presença em séries de verbos que partilham a mesma base lexical (e.g. *acetificar/azedar; dulcificar/adoçar; petrificar/apedrejar*, etc.). Em função da necessidade de designação e de diferenciação referencial, a língua dispõe de diferentes modelos de formação de verbos com recurso a bases etimologicamente diferentes ou com percursos diacrónicos diferentes – uma latina e outra autóctone –, o que é um fenómeno comum a várias línguas, incluindo as anglo-germânicas.

Many de-adjectival verbs formed with a suffix as *-en* or *-ify* inherit opposition relations from their root adjectives: *lengthen/shorten, strengthen/weaken, prettify/uglify*, for example. [...] Synonyms of these verbs, when they exist, are generally of Latin or Greek origin and tend to be more constrained in the range of their potential arguments; that is to say, they are usually reserved for more specialized uses. Thus, *fortify* is a synonym of *strengthen*... (Miller; Fellbaum, 1992: 222-3)

Por sua vez, sempre que se analisa o sufixo *-izar* (ou os seus equivalentes em diversas línguas: cf. castelhano *-izar*, catalão *-itzar*, italiano *-izzare*, francês *-iser*, inglês *-ize*) faz-se referência ao caráter internacional deste sufixo para explicar a sua produtividade. Vários autores (cf. Reinheimer, 1968; Guilbert, 1975; Lieber, 1998; Serrano-Dolader, 1999) assinalam que o facto de o sufixo ser partilhado internacionalmente pela maior parte das línguas de cultura favorece a sua utilização na partilha dos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia em detrimento dos outros operadores afixais. Tal observação tem sido corroborada pelo surgimento de várias formações neológicas em algumas novas áreas científicas, nomeadamente na Informática (*computarizar, escanearizar ~ scannerizar, customizar, renderizar, inicializar*) (cf. Assirati, 1998; Lima, 2011). Tais dados comprovam que se trata de um operador morfológico atuante na sincronia atual e levam-nos a pensar que, em virtude desta sua utilização em vocabulários técnico-científicos cada vez mais globais, provavelmente a sua disponibilidade para formar novos verbos se manterá ainda durante os próximos tempos, com o conseqüente aumento deste subcorpus de verbos derivados.

Embora o caráter internacional do sufixo *-izar* seja um fator importante, não nos parece que seja o fator decisivo para a representatividade e disponibilidade atual. Se assim fosse, esperar-se-ia igual representatividade do sufixo *-ificar*, também ele presente em várias línguas europeias (cf. castelhano e catalão *-ificar*, francês *-ifier*, inglês *-ify*), o que, como vimos, não se verifica. Mais do que o caráter internacional, a produtividade atual do sufixo *-izar* deve-se sobretudo à flexibilidade na hora de selecionar bases derivacionais, já que não lhes impõe tantas restrições morfo-fonológicas, semânticas e sintáticas.

Conclusões

A cofuncionalidade dos afixos/processos morfológicos é uma situação comum na formação de verbos heterocategoriais e na formação de palavras em geral. Frequentemente, existem vários processos e afixos derivacionais ao serviço de um determinado paradigma de formação de palavras. É o caso de *-izar* e de *-ificar*. Todavia, isso não significa que eles sejam sinónimos. De facto, em função das suas propriedades estruturais, os domínios de aplicação destes sufixos e as suas potencialidades significativas apenas coincidem de forma parcial.

Por conseguinte, a concorrência entre estes dois sufixos derivacionais é, na realidade, muito restrita e o número de derivados efetivamente em competição é muito reduzido. A par de alguns contrastes pontuais entre verbos formados com os sufixos em análise (cf. *corporalizar/corporificar; personalizar/personificar*), existem formações corradicais que apresentam significados semelhantes (cf. *aerizar/aerificar; alcalizar/alcalificar; balsamizar/balsamificar; suberizar/suberificar*). Se entre este último conjunto de pares de verbos podemos efetivamente falar de competição afixal, nos casos de *corporalizar/*

corporificar e de *personalizar/personificar* apenas podemos falar de complementaridade, na medida em que os dois sufixos se acoplam a bases com formatos diferentes: [*corporal*] *izar*; [*personal*] *izar* vs. [*corpor*] *ificar*; [*person*] *ificar*.

Na construção de novas palavras, estes sufixos diferem entre si por selecionarem bases com propriedades morfo-fonológicas ou semânticas distintas, que delimitam o seu domínio de aplicação, ou por exibirem valores semânticos e/ou usos discursivo-pragmáticos diferentes, pelo menos parcialmente. Assim, o sufixo *-ificar*, surgido a partir da reinterpretação de um modelo compositivo latino, distingue-se por selecionar, embora não exclusivamente, bases lexicais que exibem uma variante [+latina] (e.g. *dulcificar, petrificar*). A explicação para este facto é simples: muitos dos verbos terminados em *-ificar* foram importados diretamente do latim em diversas épocas, mas com maior incidência a partir da segunda metade do século XVIII.

Em comparação, *-izar* tem uma representatividade incomparavelmente maior, sendo atualmente o sufixo mais utilizado na formação de verbos denominais e deadjetivais. Tal facto justifica-se por dois motivos: (i) trata-se de um sufixo internacional com forte implantação no inglês e em vários léxicos especializados e atualmente muito valorizados; (ii) é o sufixo que menos restrições impõe sobre as suas bases e, portanto, aquele que tem um domínio de aplicação mais vasto.

Em suma: a cofuncionalidade não deve ser vista como um defeito, mas como uma virtualidade do sistema derivacional. A existência de diversos afixos cofuncionais permite não só ultrapassar as restrições impostas pelas bases lexicais, mas também evitar a homonímia na hora de construir palavras com significados e/ou referentes distintos (*aclarar/clarificar; empedrar/petrificar/apedrejar; vitimar/vitimizar*).

Bibliografia Básica:

Ali, Manuel Said. 1964. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed. melhorada e aumentada. S. Paulo: Edições Melhoramentos.

Assirati, Elaine Therezinha. 1998. Neologismos por empréstimo na informática. *Alfa*, nº 42, p. 121-145.

Beard, Robert. 1988. On the separation of derivation from Morphology: Toward a Lexeme-Morpheme-based Morphology. *Quaderni di Semantica* 9, p. 3-59.

Beard, Robert. 1998. Derivation. In: Spencer, A.; Zwicky, A. M. (eds.). *The Handbook of Morphology*. Oxford, Malden: Blackwell Publishers, p. 44-65.

Guilbert, Louis. 1975. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse.

Lieber, Rochelle. 1998. The suffix *-ize* in English: implications for Morphology. In: Lapointe, S. G.; Brentari, D. K.; Farrell, P. M. (eds.). *Morphology and its relation to phonology and syntax*. Stanford: CSLI Publications, p. 12-33.

Lieber, Rochelle. 2004. *Morphology and lexical semantics*. Cambridge/UK: Cambridge University Press.

Lima, Carolina Akie Ochiai Seixas. 2011. *O perfil neológico dos termos da informática*. Disponível em <http://projetos.unemat-net.br/revista_norteamentos/arquivos/002/artigos/003.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2011.

Miller, George; Fellbaum, Christiane. 1992. Semantic networks of English. In: Levin, Beth; Pinker, Steven (eds.). *Lexical & conceptual semantics*. Oxford: Blackwell, p. 197-229.

Naumann, Bern. 2000. Derivation. In: Booij, G.; Lehmann, Ch.; Mugdan, J. (eds.). *Morphologie/Morphology: An*

International Handbook on Inflexion and Word-formation. Berlin, New York: Walter de Gruyter, Vol. I, p. 929-943.

Pena, Jesús. 1993. La formación de verbos en español: la sufijación verbal. In: Varela, S. (ed.). *Formación de palabras*. Madrid, Taurus Universitaria, p. 217-281.

Pereira, Rui Abel. 2007. *Formação de verbos em português: afixação heterocategorial*. München: Lincom Europa.

Pereira, Rui Abel. 2009. Unidade e diversidade semântica dos verbos derivados em português. *Verba*, Vol. 36, p. 15-46.

Plag, Ingo. 1999. *Morphological productivity. Structural constraints in English derivation*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.

Reinheimer, Sanda. 1968. Les suffixes *-iser* et *-i/fier* en français. In: Quilis, Antonio (ed.). *Actas del XI Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románicas*. Madrid: CSIC, p. 1361-1368.

Rio-Torto, Graça. 1998. *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora.

Rio-Torto, Graça (org.). 2004. *Verbos e nomes em português*. Coimbra: Livraria Almedina.

Serrano Dolader, David. 1999. La derivación verbal y la parasíntesis. In: Bosque, I.; Demonte, V. (dir.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, Vol. 3, cap. 72, p. 4683-4755.

Zwanenburg, Wiecher. 2000. Correspondence between formal and semantic relations. In: Booij, G.; Lehmann, Ch.; Mugdan, J. (eds.). *Morphologie/Morphology: An International Handbook on Inflexion and Word-formation*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, Vol. I, p. 840-850.